

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: TCU libera venda de ativos da Petrobras	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Petrobras tem de reiniciar vendas, diz TCU	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Governo estuda aumentar tributos sobre combustíveis	6
Título: Processo de venda da BR terá de começar do zero	8
Título: Decisão levará estatal a mudar plano de negócios	9
Título: Venda da Braskem em pauta	10
Título: Supremo tira ICMS de cálculo de PIS e Cofins	10
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Emirados querem reduzir dependência do petróleo	12
Título: Estratégia da Fazenda indica corte inicial mais forte	12
Título: O reconhecimento dos biocombustíveis	14
Título: TCU autoriza vendas da Petrobras	15
Título: Itaipu quer iniciar discussões sobre operação após 2023	17
Título: Bradespar indica Denise Pavarina para integrar o conselho da Vale	18

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello, Ramona Ordonez, Bruno Rosa e Rennan Setti****Título: TCU libera venda de ativos da Petrobras**

Tribunal exige mudanças para dar mais transparência, e processo da BR Distribuidora volta ao começo

O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou ontem a retomada do processo de venda de ativos da Petrobras. Para dar continuidade a seu programa de desinvestimento, no qual a estatal pretende levantar US\$ 21 bilhões neste ano e no próximo, a Petrobras terá de adotar novas regras para dar mais transparência ao processo. Com a decisão do tribunal, quase todos os empreendimentos à venda voltarão ao estágio inicial, entre eles, a BR Distribuidora, considerada a joia da coroa.

Em dezembro, o TCU havia determinado a suspensão das operações, argumentando que havia risco de direcionamento e favorecimento, mas tinha aberto exceção para que cinco operações continuassem sendo negociadas. Deste total, três processos já foram concluídos. Ontem, o tribunal autorizou que duas vendas sejam finalizadas de acordo com as regras antigas, pois tratam-se de negociações em fase mais avançada. São os campos de Tartaruga Verde e Baúna, que tinham a australiana Karoon como compradora, e o de Saint Malo, no Golfo do México.

Petrobras comemora decisão

Com a decisão, a Petrobras voltará a conversar com a Karoon para concluir a operação, estimada em US\$ 1,5 bilhão. Segundo fontes, a australiana já tinha desmobilizado sua equipe no Brasil diante da demora.

Um dos pontos em que o tribunal e a Petrobras divergiam era a comunicação da venda de ativos. A Petrobras deve continuar a convidar potenciais interessados, mas a nova norma prevê, por exemplo, que "a publicidade é a regra para os projetos de desinvestimento". Ou seja, mesmo com o convite, a estatal terá de informar que determinado ativo está à venda, o que permitiria que outros investidores ingressassem na disputa. Outra mudança prevista é o maior controle corporativo do processo. Será necessária a aprovação da diretoria executiva no início de cada etapa relevante da transação.

Além disso, a Petrobras se comprometeu a adotar "sistema eletrônico para recebimento de propostas (preferencialmente o Petronect). Desta forma, o

sistema evitaria o recebimento de propostas em datas e horários discrepantes dos previamente estabelecidos.

— Estamos muito satisfeitos porque agora temos uma sistemática aprovada pelo TCU para retomarmos o processo da venda de ativos a plena velocidade. Temos agora uma nova sistemática aperfeiçoada e acordada com o tribunal. Não vamos arrancar os cabelos porque vamos começar do zero, não é o atraso que vai atrapalhar nosso programa — afirmou ao GLOBO ontem o presidente da Petrobras, Pedro Parente.

Esta semana, em entrevista ao GLOBO, Parente já havia defendido que "a venda de ativos não é uma escolha, é uma necessidade" para a Petrobras. E lembrou que a dívida da companhia ainda está na faixa dos Us\$ 100 bilhões.

NORMA PARA ESTATAIS

Segundo fontes ligadas à estatal, ao retomar o processo de venda de ativos do começo, há chance de que as ações tramitando na Justiça que buscam suspender as operações percam efeito. Uma delas suspendeu o processo de venda da BR Distribuidora.

Segundo voto do ministro José Múcio, relator do processo, foi feita recomendação à Casa Civil para elaborar uma norma específica para empresas estatais, além da Petrobras. Dessa forma, outras companhias seguiriam ritos similares, com regras de maior transparência e competição.

FISCALIZAÇÃO MAIS PRÓXIMA

O ministro Walton Alencar apresentou voto separado defendendo que o processo de venda de ativos da estatal deveria passar pelo Programa Nacional de Desestatização (PND). Essa previsão, mais burocrática, chegou a ser discutida no âmbito técnico do TCU, mas não foi acatada no relatório que deu base ao voto de Múcio.

O TCU também decidiu manter um acompanhamento mais próximo dos processos de venda da Petrobras usando uma metodologia de análise de risco previamente definida, que apontaria quais são os processos mais críticos, explicou Saulo Puttini, coordenador geral de Fiscalização em Infraestrutura.

— A escolha do tribunal de onde atuar vai ser a partir dessa análise de riscos, que inclui itens como oportunidade de negócio, capacidade de fiscalização, tratamento de dados de informações, entre outros — disse Puttini.

Entre os projetos à venda estão a NTN (Nova Transportadora do Nordeste), rede de gasodutos da região, vários campos terrestres no chamado projeto Topázio, no Nordeste, uma fábrica de fertilizantes, entre outros ativos.

As ações ordinárias (com voto) da Petrobras fecharam em alta de 2,64%, a R\$ 14,75. As preferenciais (sem voto) avançaram 4,49%, a R\$ 14,20. Segundo Phillip Soares, analista da corretora Ativa, a valorização foi motivada principalmente pelo bom humor do mercado após a alta de juros nos EUA: — O desempenho foi influenciado por outros fatores, mas a decisão do TCU, mesmo com condicionantes, é positiva, pois retira a incerteza que rondava esse processo. Além do mais, os investidores já entenderam que o processo será demorado e vai atrasar mesmo.

Flávio Conde, analista da consultoria de investimentos WhatsCall, concorda que a decisão é benéfica para a Petrobras: — Havia o temor de que o TCU mandasse congelar todo o processo. Logo, a aprovação com ressalvas é um alívio. E a exigência de maior transparência é bem-vinda.

Para Marcos Elias, estrategista-chefe da Modena Capital, a decisão é favorável porque permite que a Petrobras concentre suas atividades nos ativos de exploração e produção de maior interesse. Ele avalia que reiniciar o processo de venda da BR não trará grande impacto no trâmite da operação, já que os interessados vão continuar os mesmos.

— Não há muitas empresas com capacidade para investir num ativo desse porte. Na prática, a diferença é que a companhia vai ter de publicar um edital, mas seguirá conversando com as empresas com as quais já estava falando — afirmou Elias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Dimmi Amora / Nicola Pamplona

Título: Petrobras tem de reiniciar vendas, diz TCU

O TCU (Tribunal de Contas da União) decidiu nesta quarta (15) autorizar a retomada do plano de venda de ativos da Petrobras, desde que a estatal promova alterações no modelo de negociações e reinicie do zero oito processos que já estavam em curso mas ainda não tiveram contrato assinado.

O programa de desinvestimentos da empresa estava praticamente parado desde dezembro, quando o órgão de controle questionou o modelo de negociações. A estatal tem como meta captar neste processo US\$ 34,6 bilhões, alegando que precisa dos recursos para reduzir o seu endividamento.

Após quase três meses de debates, o TCU estabeleceu novas regras para os desinvestimentos. Em síntese, o processo terá que ser mais transparente, com a publicidade do desejo da estatal de vender seus bens desde o início. Até agora, a estatal fazia uma chamada mais reservada de interessados.

A diretoria executiva da empresa também terá que ter uma participação maior em todo o processo, diferentemente do que ocorria até agora, quando os diretores só opinavam no fim das negociações. O tribunal também poderá acompanhar o processo de venda.

As regras foram negociadas com a direção da estatal, que ainda não se pronunciou oficialmente sobre o caso. A Folha apurou, porém, que o objetivo é retomar as operações o mais rápido possível.

O tribunal recomendou que a Casa Civil da Presidência da República avalie implantar as mesmas regras da Petrobras para todas estatais.

Desde 2015, a Petrobras vem negociando com o mercado uma série de ativos. Até o final de 2016, havia vendido US\$ 13,6 bilhões, incluindo redes de gasodutos, campos de petróleo e unidades petroquímicas.

ADIANTADO

A Petrobras queria que oito ativos que já estão em fase de negociação mais adiantada não seguissem essas novas regras, tendo a venda liberada pelo TCU da forma como estão.

Mas o órgão de controle entendeu que esses ativos, por não estarem em fase tão adiantada, devem voltar ao estágio inicial seguindo as novas regras. O Tribunal não informa quais ativos são esses.

Apenas dois processos dentre os que não estavam com contratos assinados, foram liberados para conclusão. São projetos batizados internamente de Portfólio 1 e Ópera e referem-se à venda de dois campos de petróleo no Brasil à australiana Karoon e de participação em um campo no Golfo do México.

Os cinco ativos que estavam liberados para venda desde o ano passado permanecem no mesmo estágio. Alguns deles estão com o processo de negociação bloqueado por decisão judicial.

Em seu relatório, o ministro José Múcio Monteiro explica que a Petrobras começou a vender ativos em 2009 e que, somente de 2012 até o início do ano

passado, foram vendidas 21 empresas. Nenhuma dessas vendas foi fiscalizada pelo tribunal porque não havia regras.

O ministro cita ainda que alguns bens que a Petrobras é dona só causam prejuízo, exemplificando com o caso da Belém Biodiesel, uma empresa que nunca produziu e que custa R\$ 80 milhões por ano aos cofres da estatal.

PASADENA

Em relação ao caso da Refinaria de Pasadena, o TCU manteve o bloqueio de bens determinado no início de 2015 sobre a maior parte dos ex-diretores da estatal.

O Tribunal tinha apontado em 2014 um prejuízo de US\$ 792 milhões na aquisição feita pela Petrobras de uma refinaria junto à empresa belga Astra Oil na década passada.

Mas, um dos quatro itens considerados irregulares pelo TCU em 2014 na compra da empresa -que teria dado um prejuízo de US\$ 39 milhões- foi revisto nesta quarta-feira (15). Com isso, o TCU que passou a considerar o ato regular e liberou os bens de três ex-diretores.

Esse ato se refere à cláusula de saída (put option) da Astra Oil da sociedade.

Em compensação, o TCU apontou um novo possível prejuízo de US\$ 33 milhões por um erro de contabilização na venda que ainda vai ser apurado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes e Lorena Rodrigues

Título: Governo estuda aumentar tributos sobre combustíveis

Rombo. Apesar da promessa de Temer de não ampliar a carga tributária, governo pode elevar o PIS e a Cofins para ajudar a tapar o buraco de R\$ 40 bilhões nas contas públicas; alta de impostos deve reduzir a previsão de cortes no gastos no Orçamento

A elevação de PIS e Cofins sobre a gasolina e diesel é a alternativa de alta de tributo considerada mais viável pela área técnica do governo para ajudar no cumprimento da meta fiscal deste ano. A medida pode garantir uma arrecadação extra de R\$ 3 bilhões em 2017, apurou o 'Estado'.

Apesar da promessa do presidente Michel Temer de não aumentar a carga tributária no seu governo, a alta de tributos está na mesa de discussão da equipe econômica como uma das opções para ajudar a tapar o buraco de R\$ 40 bilhões nas contas do governo. É o que falta de receita para fechar o Orçamento dentro da meta fiscal, que prevê déficit de R\$ 139 bilhões nas contas.

Ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o corte no Orçamento, que deve ser anunciado na próxima semana, poderá ser reduzido ao longo do ano com o aumento de impostos. De acordo com ele, com o relatório de receitas e despesas, também será anunciado se haverá ou não a necessidade de aumento de impostos e quais as propostas do governo para a alta de tributos.

Entre as propostas entregues pela área técnica estão também o aumento de IOF sobre algumas operações de câmbio e de crédito e a reoneração da folha de pagamento. No entanto, esta última é considerada bem mais complexa, pois depende de aprovação de projeto de lei ou medida provisória. O aumento de PIS e Cofins sobre combustíveis e do IOF pode ser feito por decreto, o que evitaria discussões no Congresso neste momento conturbado da política.

A elevação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide, o imposto sobre gasolina), além de ter de ser aprovada pelos parlamentares, só poderia entrar em vigor depois de três meses da data da aprovação. A insuficiência de caixa terá de ser coberta com corte de despesas, receitas extraordinárias já esperadas com os programas de repatriação e de regularização tributária e, agora, com a provável alta de impostos.

Segundo Meirelles, o governo trabalha com a expectativa de arrecadar R\$ 7 bilhões para União com a repatriação. A equipe econômica não quer correr risco de ter de mudar a meta fiscal ao longo do ano. Mas enfrenta a dificuldade de ter de trabalhar num ambiente de grande incerteza de receitas – inclusive da arrecadação com concessões e privatizações – prevista no Orçamento aprovado pelo Congresso.

O aumento de impostos pode reduzir a necessidade de um corte maior. O Estado apurou que foram apresentadas várias propostas de aumento de impostos, mas a definição só ocorrerá na semana que vem, depois que Meirelles voltar da reunião do G-20, na Alemanha. Há diversas propostas circulando.

A estratégia é que o contingenciamento fique mais próximo de R\$ 30 bilhões, disse uma fonte da equipe econômica, acrescentando que os valores estão cercados ainda de uma “margem de grande incerteza”.

IOF.

A elevação do Imposto de Operações Financeiras (IOF) sobre algumas operações de câmbio, que hoje já são tributadas em 0,38%, e de crédito, que hoje não são tributadas, também estão em análise. Entre elas, crédito rural e do BNDES.

Elas poderão garantir mais R\$ 1,2 bilhão este ano, se começarem a vigorar em 1.º de abril. Em 12 meses, a medida garante cerca de R\$ 1,6 bilhão. Para o economista Raul Velloso, esse é o pior momento para aumento de impostos, pois iria punir alguns segmentos da sociedade por uma busca de cumprimento da meta de déficit primário que não justifica o esforço, além de destoar da política anunciada anteriormente, de estabelecer um limite de gastos por parte do governo.

Na contramão, o professor da EPGE/FGV Antonio Carlos Porto Gonçalves diz que um aumento pontual de impostos poderia acelerar a política de corte de juros sem minar a volta da disposição para o consumo da sociedade ou a volta do investimento. COLABORARAM GUSTAVO PORTO E DOUGLAS GRAVAS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Processo de venda da BR terá de começar do zero

Determinação foi anunciada ontem pelo Tribunal de Contas da União; distribuidora é considerada "joia da coroa" entre ativos da Petrobrás à venda

O processo de venda da BR Distribuidora, considerada a "joia da coroa" dos negócios que a Petrobrás pretende vender, terá de ser reiniciado do zero. A determinação foi anunciada ontem pelo Tribunal de Contas da União (TCU), após quase quatro meses de paralisação nas negociações, por conta de uma liminar apresentada pela Corte de contas.

Em dezembro de 2016, o TCU freou os processos de venda de ativos da Petrobrás, para que a estatal refizesse a metodologia de venda desses negócios, considerada pouco transparente. O tribunal concluiu que os procedimentos poderiam ferir diretrizes da lei de licitações e favorecer atos ilícitos e, por isso, determinou uma série de correções à estatal antes de a retomada ser novamente avaliada e autorizada.

Na decisão, o TCU permitiu o andamento de apenas cinco negócios, levando em conta a necessidade de caixa da companhia. Três deles foram concluídos e outros dois estão agora em vias de serem fechados. As negociações envolvendo a BR Distribuidora, no entanto, que já está nos planos de "desinvestimento" da estatal desde 2015, terão de recomeçar.

Os planos atuais da petroleira preveem a venda de 51% do controle da BR Distribuidora, de modo que a Petrobrás manteria 49% do capital votante e a maioria do capital social dessa sociedade. No passado, a empresa já tinha planejado vender uma fatia menor, de no máximo 25%, mas mudou de ideia e decidiu ampliar a oferta por falta do interesse do mercado na aquisição de uma fatia minoritária.

No fim do ano passado, a 3.^a Vara da Justiça Federal em Sergipe determinou, por meio de liminar, que a Petrobrás e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis suspendessem a venda da empresa. Na ação, empresários petroleiros acusaram a estatal de infringir a legislação ao planejar fazer o negócio sem realizar licitação. À Justiça, a Petrobrás disse que pode atuar em regime de livre competição.

Interessados. Em novembro de 2016, a Itaúsa confirmou interesse em comprar a fatia da BR, em parceria com as empresas Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas e a Cambuhy Investimentos. O segmento de conveniência da BR Distribuidora, que tem a marca BR Mania, também despertou o interesse da GP Investimentos e da Lojas Americanas. A lista de interessados inclui ainda o fundo americano de investimentos Advent e a comercializadora de commodities holandesa Vitol.

Com a decisão do TCU, o jogo recomeça para todos os interessados atuais e futuros. Além de rever as regras para a oferta, a Petrobrás terá de seguir a mesma cartilha para os demais empreendimentos que fazem parte de sua lista vendas.

Dos cinco empreendimentos da empresa que estavam em negociações avançadas no fim do ano passado, três já foram concluídos. Pela decisão do ministro relator do processo no TCU José Múcio, a estatal poderá dar andamento a apenas dois negócios que estão em vias de serem fechados.

Vendas. Definida a nova metodologia de desinvestimento pelo TCU, a Petrobrás reafirmou a intenção de se desfazer de US\$ 21 bilhões em ativos até o fim de 2018. Em comunicado ao mercado, a empresa afirmou que a decisão do TCU "é fundamental para que a companhia possa seguir em frente com seu plano de parcerias e desinvestimento, que é considerado um dos pilares para o alcance da meta de redução da alavancagem". / COLABOROU VINÍCIUS NEDER, DO RIO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: V.N.

Título: Decisão levará estatal a mudar plano de negócios

Após a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de obrigar a estatal a recomeçar do zero diversas operações para corrigir procedimentos considerados irregulares, a Petrobrás será obrigada a ajustar seu plano de negócios.

A redução dos investimentos previstos no plano de negócios parece o caminho mais provável, segundo ex-diretores da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A possibilidade de cortar investimentos, no caso de a decisão do TCU atrapalhar a venda de ativos, foi sinalizada pelo presidente da Petrobrás, Pedro Parente, em entrevista esta semana. John Forman, da J Forman Consultoria, vê o corte nos investimentos como o mais provável, mas essa decisão trará como consequência um fluxo de caixa menor no médio prazo, já que a reduzirá o potencial de crescimento da produção.

"A consequência será reduzir, evidentemente, o fluxo de caixa (no médio prazo), o que trará problemas no futuro", disse. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Venda da Braskem em pauta

Em meio à expectativa da divulgação das delações dos executivos da Odebrecht, os bancos credores começaram a conversar com a empreiteira sobre uma possível venda da Braskem, braço petroquímico que possui a Petrobrás como sócia. Não existiria, até aqui, pressão para que a companhia se desfaça do ativo, mas a avaliação é de que a venda daria grande conforto financeiro à Odebrecht.

A Petrobrás já decidiu há tempos sair da Braskem, mas esbarrou na falta de interesse da sócia em se desfazer do negócio e, mais recentemente, no veto do Tribunal de Contas da União (TCU) a desinvestimentos da estatal. Procurada, a Odebrecht disse não haver qualquer negociação de venda da fatia na Braskem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Breno Pires, Rafael Moraes Moura e Alexa Salomão

Título: Supremo tira ICMS de cálculo de PIS e Cofins

Ação traz perda de arrecadação, esqueleto de até R\$ 250 bilhões e alta de impostos

Há algumas semanas, a causa até parecia perdida para as empresas, mas o jogo virou. Ontem, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS (Imposto sobre Mercadoria e Serviços) não compõe a base de cálculo para a cobrança do PIS (tributo do Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Os tributos ajudam a financiar a Previdência e o seguro-desemprego. A decisão representa perdas bilionárias de arrecadação e pode levar o governo a elevar outros tributos, avaliam especialistas. O STF julgou o processo da empresa Imcopa, uma importadora e exportadora de óleos, mas a decisão vale para todos os processos referentes ao tema.

Assim, o julgamento tem impacto sobre todos os setores da economia, pois a cobrança de PIS e Cofins recai sobre mercadorias em geral e afeta, especialmente, os serviços de telefonia, energia elétrica e comunicação, como TV a cabo e internet. Para os consumidores, a decisão deveria significar redução de preço. Para a União, porém, representa perdas bilionárias.

Segundo estimativas, podem deixar de ser arrecadados cerca de R\$ 20 bilhões por ano, no momento em que o governo está no vermelho e não pode abrir mão de nem um centavo sequer. E, para piorar, a conta pode ser ainda maior. O advogado tributarista Antonio Carlos Guidoni Filho, sócio do escritório Vella Pugliese Buosi e Guidoni (VPBG), explica que há processos de empresas questionando a cobrança desde 2003, o que significa que teriam de ser ressarcidas. O volume é imenso: há cerca de 10 mil processos aguardando o STF.

Recurso.

Após o julgamento, o Ministério da Fazenda afirmou que entrará com recurso (no jargão jurídico, vai entrar com embargos de declaração, após a publicação do acórdão). A Fazenda pedirá que a decisão do STF tenha efeitos a partir de 2018. “Somente com a apreciação dos embargos de declaração pelo plenário do STF é que se poderá dimensionar o eventual impacto dessa decisão”, diz a nota da Fazenda.

No entanto, no julgamento, a Procuradoria-Geral da Fazenda estimou que as perdas poderiam chegar a R\$ 250,3 bilhões, se fosse considerado o intervalo entre 2003 e 2014. Se valesse o prazo de cinco anos, período de prescrição da causa, o valor seria de R\$ 100 bilhões. (...)

Votaram pela exclusão do ICMS a relatora, ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo, os ministros Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello e a ministra Rosa Weber. Os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Gilmar Mendes votaram a favor da Fazenda Nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Marsílea Gombata****Título: Emirados querem reduzir dependência do petróleo**

Donos da sétima maior reserva petrolífera do mundo, os Emirados Árabes Unidos (EAU) querem diminuir a parcela de seu Produto Interno Bruto (PIB) atrelada ao petróleo. Para isso, investirão cada vez mais em indústrias como a petroquímica e a espacial, diz o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Abdullah bin Zayed bin Sultan Al Nahyan, que chega hoje ao Brasil para se encontrar com autoridades como o presidente Michel Temer e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. O objetivo, explicou ao Valor, é fazer com que até 2030 a parcela do PIB proveniente de setores não petroleiros chegue a 64%. "Até agora, investimos US\$ 20 bilhões no setor espacial, o que nos ajudará a alcançar uma diversificação econômica e ampliar nossas capacidades científicas", disse ao reforçar o plano de estabelecer uma colônia em Marte dentro de 100 anos.

Até lá, a ideia é desenvolver programas em educação, com pesquisadores de todo o mundo, e ampliar a produção de petroquímicos, plásticos e alumínio para chegar à meta de ter 36% do PIB atrelado à exploração e exportação de petróleo, contra os 49% atuais. A utilização da base de Alcantara, no Maranhão, pelos EAU por ora não está nos planos do país do Golfo Pérsico. Mas há interesse em aprofundar investimentos e trocas com o Brasil nas áreas de energia e defesa. Nahyan diz que o preço do petróleo mudou o cenário para investimentos no setor - como demonstrado na sua última vinda ao Brasil em 2012 -, levando o país árabe a se entusiasmar mais com energias renováveis. "Queremos discutir como o Brasil criará condições para facilitar investimentos futuros nessa área. Por outro lado, estamos prontos para aumentar a cooperação em defesa", disse. "A Caracal, empresa que produz pequenas armas nos EAU, planeja construir uma fábrica em Goiás. Isso será um importante passo para estreitarmos a cooperação entre as indústrias de defesa dos dois países."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner****Título: Estratégia da Fazenda indica corte inicial mais forte**

A estratégia divulgada ontem pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para a gestão fiscal deste ano sinaliza que o governo deve partir para um contingenciamento mais forte neste início de ano para só depois, se as receitas permitirem, ir liberando um pouco mais os gastos. Embora o número de R\$ 50

bilhões, que vinha sendo mencionado desde a aprovação do Orçamento, seja uma possibilidade concreta, o corte a ser anunciado na semana que vem tem chances de chegar à marca de R\$ 60 bilhões, segundo apurou o Valor junto a fontes do governo. É que algumas contas da área técnica apontam para uma deficiência de até R\$ 65 bilhões entre receitas e despesas necessárias para o cumprimento da meta fiscal, de déficit de R\$ 139 bilhões para o governo central. No mercado, fala-se de um corte em torno de R\$ 40 bilhões, volume que certamente teria menos impacto nos investimentos.

Os números seguem sendo trabalhados pela equipe econômica e decisões não só técnicas, mas também de natureza política podem alterar o bloqueio a ser anunciado, por isso cravar um corte agora é tarefa arriscada e não aconselhável. De qualquer forma, o que está claro é que o governo terá que, neste primeiro momento, ser conservador com algumas receitas, como a venda de ativos e concessões (há dúvida sobre a inclusão do leilão do pré-sal). Algumas previsões terão que ser corrigidas, como a da repatriação, que no Orçamento está com R\$ 10 bilhões, mas que Meirelles apontou para R\$ 7 bilhões por conta da obrigação de dividir a multa com os Estados. Um risco favorável é o "novo Refis", mas o governo pode optar, como fez no ano passado com a repatriação, por incorporar apenas o que efetivamente está garantido para os cofres públicos. O rombo no Orçamento deste ano foi gerado em grande parte por uma estimativa de crescimento superestimada. O governo colocou na lei 1,6% de expansão para o ano, mas terá que corrigir o número para em torno de 0,5%, alinhando-se com a média do mercado. Nesse quadro e com o já mencionado risco de frustração nas extraordinárias, a necessidade de ampliar a arrecadação fica mais clara, pois receitas sem potencial claro de confirmação não podem ser incorporadas ao decreto e aos limites. É aí que surge a discussão de elevação de tributos, que Meirelles admite, embora sempre com a ressalva que não há decisão. O ajuste pelo lado da receita envolve a possibilidade de subir tributos como a Cide combustíveis e o IOF - que podem ser elevados por decreto, mas que têm impactos na política monetária, que está em plena fase de distensão. Também envolve a possibilidade de rever desonerações, como a da folha de pagamentos, ou subir tributos que precisam de projeto de lei e noventa, como o PIS/Cofins. Ao fazer um contingenciamento inicial mais alto e ao mesmo tempo sinalizar que pode flexibilizá-lo caso se confirme um potencial maior de arrecadação para o ano, o governo tenta mitigar o risco de ter que mudar a meta fiscal. E também coloca para a sociedade, em especial para o Congresso (responsável por avaliar algumas medidas), a escolha entre um orçamento mais apertado e uma carga tributária mais alta para financiar os programas do governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Plinio Nastari**Título: O reconhecimento dos biocombustíveis**

Na área de energia, o Brasil está diante de uma oportunidade, e aproveitá-la requer competência, espírito público, bom senso e diálogo. Durante o governo militar houve a construção de uma infraestrutura que não existia. Com a abertura política veio a gradual liberação de instrumentos de intervenção. No entanto, na área de energia foi mantido um regime baseado em monopólio, ou condições de mercado com baixo grau de concorrência. Este modelo vigorou até recentemente e se mostrou pior quando associado a voluntarismo. Há neste momento um visível esforço de distanciamento na direção do reconhecimento do papel que agentes privados podem desempenhar, visando em última análise a atração dos investimentos requeridos para que o país volte a crescer.

Energia é a base do desenvolvimento econômico. Sem energia não se desenvolve a produção, não é criado bem-estar. Mas não basta gerar energia em quantidade, ela precisa ser gerada de forma eficiente, disponibilizada de forma acessível, regular e confiável, e ter custo baixo para não onerar consumidores e os diferentes elos da cadeia produtiva. Se for gerada com baixo impacto ambiental, gerar emprego e renda local, melhor ainda, mas isso nem sempre é reconhecido por falhas de mercado. A regulação pode ajudar a tornar essas vantagens visíveis. Esse é o caso dos biocombustíveis, que até hoje não foram reconhecidos por sua capacidade de promover descarbonização e desenvolvimento econômico. A biomassa moderna, e os biocombustíveis em particular, se distinguem de outros renováveis pela capacidade de eficientemente armazenar e distribuir energia solar. Mais do que isso, representam uma forma eficiente e barata de distribuir hidrogênio. Levando em conta a eficiência energética no seu uso e a emissão de carbono equivalente em todo o ciclo de vida, a combinação do etanol de cana com motorização da frota já nos coloca em condição de competição com as ambiciosas metas europeias de controle de emissão até 2030. O etanol é considerado opção superior à eletrificação da frota quando considerado o conceito poço-a-roda. O graal será atingido com a utilização da célula a combustível movida a etanol, que é o carro elétrico abastecido com combustível líquido. A energia precisa ser gerada de forma eficiente, ser acessível, regular e confiável e ter custo baixo. Recente pesquisa realizada pela KPMG junto a executivos da indústria automobilística em todo o mundo indica que 62% deles concordam totalmente ou parcialmente que os veículos elétricos as baterias irão fracassar devido a desafios de infraestrutura. De outro lado, 78% deles concordam totalmente ou parcialmente que os veículos movidos a células a combustível representam o real avanço da eletricidade para mobilidade. Algumas montadoras já estão em fase final de desenvolvimento de veículos com células a combustível movidas a etanol. Um protótipo foi trazido ao Brasil no ano passado e levado a Brasília para apresentação a autoridades. Esta é

uma oportunidade, mas também um desafio. É preciso criar as condições para estimular o investimento privado sustentado na produção e na distribuição de biocombustíveis, bioetanol, biodiesel, biogás-biometano e bioquerosene. No caso do etanol, se nada for feito, haverá a perda gradual de seu sistema de distribuição como combustível único, atualmente disponível em mais de 43 mil postos de revenda. Este sistema equivale a uma infraestrutura já instalada de hidrogênio. Para mitigar esse risco e promover investimento privado, existe a oportunidade de se criar uma regulação que reconheça a capacidade de cada um contribuir para o atingimento da meta de descarbonização, definida no Acordo do Clima. Ao se atingir esse objetivo, será criado um farol que indicará o tamanho do mercado a ser perseguido. Com o bioetanol e o biodiesel, o Brasil já atingiu uma escala relevante de produção e consumo de biocombustíveis. No Brasil, o etanol representa entre 40% e 45% do consumo total de combustíveis do ciclo Otto, em gasolina equivalente. Este percentual supera em muito o atingido nos Estados Unidos, maior produtor e consumidor mundial de etanol combustível, de 9,9%. No caso do diesel, já estamos praticando a mistura de 8% em todo o diesel fóssil distribuído no país. Pode consolidá-la e expandir nestas e outras frentes. Mas é preciso criar uma meta crível e executável, com o apoio de instrumentos modernos de precificação e de alocação de risco. Devemos buscar mercados futuros com liquidez e incentivos para que sejam incorporadas novas tecnologias que permitam o seu melhor aproveitamento, e a sua produção em condições cada vez mais econômicas e eficientes, resultando em custos mais baixos para a sociedade. O atual governo tem pouco tempo para aperfeiçoar o arcabouço legal e institucional nos setores de petróleo, gás, eletricidade e biocombustíveis. O mesmo ocorre na geração distribuída de energia elétrica, que tem um enorme potencial por meio do seu aproveitamento em residências e prédios inteligentes. É preciso criar, de uma vez por todas, uma política de Estado para esse setor. Ao estimular investimentos privados em biocombustíveis, estarão sendo criados empregos, efeito multiplicador na renda, economia com a substituição de importação de derivados de petróleo, e a recuperação da dignidade para um contingente enorme de trabalhadores hoje desempregados. É um desafio considerável, para o qual a sociedade civil e a academia podem oferecer sua contribuição. Plínio Nastari, doutor em economia, representa a sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto e Rafael Bitencourt

Título: TCU autoriza vendas da Petrobras

Considerado um dos mais valiosos ativos do programa de desinvestimentos da Petrobras, a BR Distribuidora terá seu processo de venda reiniciado praticamente do zero, atendendo uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Após três meses de idas e vindas, o órgão autorizou ontem a continuidade das privatizações, desde que os procedimentos sejam ajustados. Até poucos dias antes da decisão, havia a expectativa de que a BR Distribuidora, que estava em negociações avançadas para uma alienação, não fosse obrigada a refazer os procedimentos. Pesou contra essa decisão, no entanto, o fato de não haver nenhuma proposta vinculante pela empresa.

Ficaram de fora das novas exigências apenas dois projetos: os blocos de Baúna e Tartaruga Verde, localizados na Bacia de Santos, e o campo de Saint Malo, que fica no trecho americano do Golfo do México. Esses dois ativos integravam um grupo de cinco que foram colocados como exceções quando o TCU mandou a Petrobras interromper o programa. Como os outros três ativos desse grupo já foram vendidos, restaram apenas esses dois como exceções às novas regras, que foram sugeridas pelo TCU em dezembro do ano passado e incorporadas pela Petrobras em janeiro deste ano. A direção da empresa, no entanto, queria que a venda da BR pudesse seguir em diante, atendendo as novas diretrizes apenas nas fases seguintes, mas não houve acordo com o TCU. A unidade técnica do tribunal, responsável pelo pedido da cautelar que suspendeu o programa, chegou a apresentar semanas atrás uma lista com dez ativos passíveis de inclusão na lista de exceções. A relação continha as distribuidoras de combustíveis da Petrobras na Colômbia e no Paraguai, além de campos marítimos e terrestres em várias regiões da costa e da Amazônia. O relator do processo no TCU, ministro José Múcio, estava inclinado a aceitar a orientação dos técnicos, mas após debates com colegas de plenário chegou-se ao modelo aprovado ontem. Em fato relevante divulgado no início da noite, a Petrobras afirmou que a decisão do TCU é fundamental para seguir com o plano de venda de ativos e reduzir a sua alavancagem. A decisão, que mexeu com as ações. O papel fechou o dia cotado a R\$ 14,15, uma alta de 4,12%. O Tribunal de Contas da União era apenas mais um obstáculo do plano de venda de ativos da estatal, considerado fundamental para recuperar as finanças após os escândalos e prejuízos dos últimos anos. Um dos ativos que ficaram de fora das exigências do tribunal, por exemplo, está com seu processo de alienação paralisado na Justiça, que concedeu liminar em uma ação impetrada por sindicatos de petroleiros. Fechada por US\$ 1,5 bilhão com o grupo australiano Karoon, a venda dos campos de Baúna e Tartaruga Verde está pendente de uma decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que analisa uma liminar concedida em novembro pela Justiça de Sergipe, que entendeu que o negócio não poderia ser feito sem licitação. Há a expectativa de que o caso possa ser resolvido no próximo dia 23, quando será debatido no TRF-5. A demora na conclusão do negócio acendeu o sinal de alerta no grupo australiano, que ouviu sócios investidores do projeto ameaçarem desistir do negócio. No caso de Saint Malo, a situação é mais tranquila. A Petrobras detém 25% no campo, operado desde 2014 pela americana Chevron. A expectativa é de que a fatia da empresa brasileira seja diluída entre seus sócios no empreendimento: a americana ExxonMobil, a norueguesa Statoil e a italiana Eni, além da própria Chevron. Todos

os demais ativos do programa terão que se submeter à nova sistemática de desinvestimentos, utilizando procedimentos licitatórios previstos em lei, com aperfeiçoamento de quesitos como impessoalidade e publicidade."Algumas das novas regras estão relacionadas à transparência, à publicidade, à quantidade de vezes que o conselho de administração e a diretoria-executiva vão deliberar em relação ao processo de venda. São regras que já foram acobertadas pela própria Petrobras", explicou Saulo Puttini, coordenador da Secretaria de Controle Externo do TCU (Segecex). No plenário, o ministro Múcio sugeriu que a Casa Civil utilize o exemplo da Petrobras para elaborar uma norma específica para ampliar a transparência nos processos referentes a alienações de sociedades de economia mista, como é o caso da petroleira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Itaipu quer iniciar discussões sobre operação após 2023

O novo diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, empresa responsável pela hidrelétrica de Itaipu, Luiz Fernando Vianna, quer iniciar as discussões sobre os modelos de comercialização de energia e operação da usina após 2023. Naquele ano está previsto o término do Tratado de Itaipu, arcabouço legal que rege todas as questões da segunda maior hidrelétrica do mundo, com 14 mil megawatts (MW) de capacidade, atrás apenas da chinesa Três Gargantas (22,5 mil MW). A definição do modelo comercial é fundamental para o Brasil, que utiliza hoje o volume de energia produzido e não consumido pela parte paraguaia da usina. "Pelo Tratado, hoje, o excedente da energia [da parte paraguaia] de Itaipu é consumido pelo Brasil. Ele é importante para suprir o sistema elétrico nacional. Como fica isso para depois de 2023, é uma coisa que tem que se preocupar agora, não em 2022. Temos que verificar como fica a comercialização dessa energia", afirmou o executivo, em entrevista exclusiva ao Valor.

Segundo Vianna, outro aspecto com relação ao tratado diz respeito à operação da usina. "Temos uma usina única. Na sala de comando [da hidrelétrica] tem operadores paraguaios e operadores brasileiros. A manutenção é feita por operadores dos dois países. E não está dito, escrito em lugar nenhum, como fica a operação e manutenção da usina após o tratado". O executivo destacou ainda que o pagamento do serviço da dívida de construção de Itaipu também terminará em 2023, o que deverá reduzir o custo da energia produzida pela usina para os dois países a partir dessa data. Isso porque a usina não tem finalidade de obter lucro. "Evidentemente depois que terminar o tratado e terminar o serviço da dívida, a tendência é uma redução do custo de Itaipu". Vianna, cuja nomeação para o cargo foi publicada na segunda-feira no Diário Oficial da União, deverá se desligar da presidência da Copel e assinar o livro de posse no novo cargo na

próxima terça-feira. Seu substituto na elétrica paranaense deve ser definido pelo conselho de administração da estatal na próxima quarta-feira. Depois do fim do pagamento do serviço da dívida da usina, em 2023, tarifa de Itaipu deverá ser reduzida. Questionado sobre as nomeações dos demais diretores brasileiros de Itaipu, que correm o risco de não assumirem os respectivos cargos, se ficar caracterizado que suas indicações infringem a Lei das Estatais, ele disse não ter informações sobre o assunto. "Não estou acompanhando muito. O que existe hoje é o decreto com [a nomeação de] todos os diretores. Se vai haver alteração, realmente não sei dizer se haverá ou não", explicou. Além de Vianna, foram nomeados Rubens Penteado para a diretoria Técnica Executiva, Marcos Antônio Baumgärtner para a diretoria Administrativa, Ramiro Wahrhaftig para a diretoria de Coordenação, e Marcos Vitório Stamm para a diretoria Financeira executiva. Cezar Eduardo Ziliotto, atual diretor Jurídico, é o único que permaneceu no cargo. Vianna, que se reuniu na segunda-feira por duas horas com o seu antecessor no comando de Itaipu, Jorge Samek, acrescentou que a empresa tentará em 2017 igualar, ou superar, o recorde de produção de energia obtido em 2016, de 103 milhões de megawatts-hora (MWh) gerados - superior inclusive à produção de Três Gargantas -, mesmo com o início este ano do processo de modernização da usina, que prevê a parada para manutenção de uma das 20 turbinas de Itaipu a cada ano. A companhia investirá US\$ 500 milhões no processo. Com relação à Copel, Vianna disse que a companhia está analisando com "muitos bons olhos" a participação no próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), marcada para 24 de abril e que ofertará 7,4 mil km de linhas em 20 Estados, inclusive o Paraná, com investimento total previsto nos projetos de R\$ 13,1 bilhões. Ele contou ainda que, durante cerca de dois anos e meio que esteve à frente da Copel, a empresa investiu aproximadamente R\$ 5 bilhões. Além dos negócios em geração, transmissão e distribuição de energia, Vianna destacou, durante sua gestão, a criação da Copel Comercialização e da diretoria de governança, risco e compliance.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Silvia Rosa

Título: Bradespar indica Denise Pavarina para integrar o conselho da Vale

A diretora executiva do Bradesco, Denise Pavarina, será a primeira mulher a ter um assento no conselho de administração da Vale. Ela foi indicada pela Bradespar e seu nome será ratificado na próxima assembleia da mineradora, em abril. Denise ocupará o assento de Fernando Buso, atual representante da Bradespar no conselho e presidente do braço de participações do Bradesco, que irá para a vice-presidência do conselho da mineradora. "Um dos nossos valores principais é a inclusão financeira das pessoas. Mas isso não seria completo se não replicássemos também internamente, no sistema de valorização de quem

trabalha conosco. Uma das premissas é incluir as mulheres em postos de comando", afirmou, em nota, o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi.

A Bradespar faz parte dos acionistas controladores da Vale, que inclui fundos de pensão ligados a estatais, Mitsui e BNDESPar. Funcionária de carreira do Bradesco, Denise está no banco desde 1985 e começou como analista no Banco Bradesco de Investimento - BBI, onde participou da equipe que acompanhava as privatizações, incluindo a da Vale, em 1997. Vinte anos depois, a mineradora anunciou neste em fevereiro uma reestruturação societária que busca transformar a Vale em uma empresa de controle acionário difuso. " É uma oportunidade única de estar no conselho da Vale neste momento e estou muito otimista com o desenho que se propôs para a companhia, de ser uma 'corporation'", afirma Denise. Com experiência no mercado de capitais e gestão de recursos, Denise exerceu o cargo de diretora-gerente do BBI, ajudando a montar o banco de investimento. Conhecida por ter uma visão pragmática, a executiva foi a primeira mulher a integrar o alto escalão do banco, sendo promovida a diretora-executiva adjunta do Bradesco em 2012. Atualmente, é responsável pela área de investimento em participações e proprietário do banco, ocupando o cargo de vice-presidente do conselho de administração da 2bCapital, é diretora-gerente da Bram, gestora de recursos do grupo, e também responsável pela área de ouvidoria. "Já estive do lado das operações de financiamento a empresas e também de investimentos, e minha experiência na avaliação de fusões e aquisições contribuiu para o banco avaliar a minha indicação para o conselho da Vale ", diz. Além da Vale, Denise faz parte do conselho de administração da BM&FBovespa e já foi membro dos conselhos de administração da Cielo, da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (ArcelorMittal) e da São Paulo Alpargatas. Formada em economia e direito, a executiva foi a primeira mulher a presidir a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) em 2012, onde permaneceu por quatro anos.

MME / ASCOM .